

Patrimônio, desenvolvimento e participação em Iguape/SP: o IPHAN e o PAC-CH nos anos 2000

Marina Chagas Brandão*
Flávia Brito do Nascimento*

Resumo As primeiras décadas no Brasil dos anos 2000 foram caracterizadas pelo fortalecimento das políticas culturais, notadamente na atuação do Ministério da Cultura, com o aumento nos investimentos e pela criação de políticas que buscavam incluir a cultura em um eixo estratégico de desenvolvimento nacional. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) protagonizou parte relevante dessas ações, contando com um alargamento conceitual e territorial na sua atuação, bem como com a realização de programas de financiamento para recuperação de bens tombados, como o Programa de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas (PAC-CH). O presente artigo pretende analisar a relação entre patrimônio, desenvolvimento e participação cidadã, considerando as ações protagonizadas pelo IPHAN nos anos 2000 no município de Iguape em São Paulo, destacando seu processo de tombamento, simbólico de um momento de fortalecimento do órgão, e sua participação no PAC-CH.

Palavras-chave: IPHAN, desenvolvimento, políticas públicas, participação social, Iguape.

Patrimonio, desarrollo y participación ciudadana en Iguape: el IPHAN y el PAC-CH en los años 2000

Resumen Las primeras décadas de los años 2000 se caracterizaron por el fortalecimiento de las políticas culturales en Brasil. Este proceso se observó en la actuación del Ministerio de Cultura, marcado por el aumento en las inversiones y la creación de políticas de inclusión de la cultura en un eje estratégico del desarrollo nacional. El Instituto del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional (IPHAN) desempeñó un papel relevante en estas acciones, con un alcance conceptual y territorial ampliado, así como la implementación de programas de financiamiento para la restauración, como el Programa de Aceleración del Crecimiento - Cidades Históricas (PAC-CH). Este artículo analiza la relación entre patrimonio, desarrollo y participación social, considerando las acciones lideradas por IPHAN en los años 2000 en el municipio de Iguape, São Paulo, con énfasis en su proceso de reconocimiento como patrimonio nacional, simbólico de un momento de fortalecimiento de la institución, así como su participación en PAC-CH.

Palabras clave: IPHAN, desarrollo, políticas públicas, participación social, Iguape.

Heritage, development, and citizen participation in Iguape: IPHAN and the PAC-CH in the 2000s

Abstract The first decades of the 2000s were characterized by the strengthening of cultural policies in Brazil. This process was observed in the Ministry of Culture's performance during this period, marked by an increase in investments and the creation of policies aimed at including culture in a strategic axis of national development. The National Institute of Historic and Artistic Heritage (IPHAN) played a relevant part in these actions, with an expanded conceptual and territorial scope in its activities, as well as the implementation of funding programs for the restoration of cultural assets, such as the Growth Acceleration Program - Historical Cities (PAC-CH). This article analyzes the relation between heritage, development and social participation, considering the actions led by IPHAN in the 2000s in Iguape, São Paulo, with an emphasis on its process of recognition as national heritage, symbolic of the institution strengthening moment, as well as its participation in PAC-CH.

Keywords: heritage, development, public policies, social participation, Iguape.

A trajetória da institucionalização do patrimônio no Brasil vem indicando a ampliação do interesse e do papel que o tema da preservação cultural assumiu nas políticas culturais em nível federal entre 2000 e 2016 (Figueiredo, 2014; Pereira, 2016; Pissato, 2018; Porta, 2012). A ampliação de tais políticas é observada desde a criação do Ministério da Cultura em 1985, com, entre outras iniciativas, a promulgação da Lei Rouanet de fomento à cultura e o estabelecimento do programa Monumenta. Nos anos 2000, o patrimônio cultural - material ou imaterial - ampliou a sua presença no escopo das atribuições do MinC.

A promulgação do Decreto nº 3.551/2000 que instaura a salvaguarda do patrimônio imaterial é um dos marcos do início da década, seja por criar um novo instrumento de salvaguarda para as expressões da cultura brasileira, seja porque nos seus métodos a participação social será requisito básico para a atuação estatal (Fonseca, 2000). A presença mais efetiva dos sujeitos sociais no patrimônio será uma tônica da gestão Gilberto Gil e Juca Ferreira à frente do MinC, presentes em dimensões diversas. A atuação institucional do IPHAN ganha força como política pública de estado, suplantando os discursos de sustentabilidade e viabilidade econômica que haviam marcado os anos 1990 (Figueiredo, 2014; Pereira, 2016; Porta, 2012).

As novidades da gestão cultural do ministro Gil se iniciam com o IPHAN imerso nas políticas do programa Monumenta herdado da gestão de Fernando Henrique Cardoso (Gianecchini, 2019). Criticado por sua atuação restrita e focada nas grandes obras de restauração, sem articulação com as estruturas municipais e estaduais, o programa teve continuidade nos anos seguintes, por força dos contratos vigentes com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), um dos seus financiadores. A falta de permeabilidade e participação social foram levadas como temas para o patrimônio e as políticas culturais nas décadas seguintes, acompanhadas de novas temáticas como a do desenvolvimento social, de resto fundamental para o programa político do governo Lula (Bonduki, 2010; Sant’anna, 2016). O Monumenta passou por mudanças, ampliando seu alcance territorial, passando a contemplar 26 cidades, em contraposição às sete inicialmente selecionadas (Brandão, 2020, p. 51). Ainda, o próprio discurso de desenvolvimento, marca da participação do BID no projeto, passa a ganhar contornos ligados à noção de qualidade de vida e distribuição de renda (Gianecchini, 2019, p. 159).

As mudanças no IPHAN, iniciadas nos anos 2000, ainda durante a gestão FHC, foram resultado de redefinições nas diretrizes do órgão, impactando diversas áreas de sua atuação e diálogos institucionais. Com o reposicionamento político do MinC, que a partir de 2003 passou a ganhar maior destaque no âmbito das políticas federais, o IPHAN, como autarquia federal de cultura, recebeu um aumento dos investimentos e fortaleceu sua gestão. As suas políticas apareceram alinhadas aos pilares de definição da “tridimensionalidade da cultura”, termo utilizado pelo ex-ministro Gilberto Gil (2003-2008) em referência ao caráter plural da cultura: econômico, cidadão e como vetor de desenvolvimento (Ministério Da Cultura, 2010). Desenvolvimento e patrimônio,

* Marina Chagas Brandão é Arquiteta e Urbanista, Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-9495-6227>>. Flávia Brito do Nascimento é Historiadora, Arquiteta e Urbanista, Professora Associada. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-6889-7614>>.

temas que estiveram juntos em outros momentos na história da preservação no Brasil, se associaram de maneira importante, e esse tripé da cultura foi uma tônica de alguns dos projetos que aconteceram naqueles anos.

Neste contexto de fortalecimento institucional do IPHAN e ampliação das proteções legais e dos meios de financiamento, o centro histórico de Iguape em São Paulo é tombado. Realizado em 2009, trouxe inovações nas práticas institucionais, como a participação social, o olhar renovado ao conjunto urbano na sua dimensão histórica e na relação com o patrimônio natural. A relevância da experiência do reconhecimento de Iguape, na região do Ribeira em São Paulo, foi analisada por diversos autores, como Toni Zagato, Danilo Pereira, Lia Motta, Catherina Pissato, Flávia Brito e Simone Scifoni.

No mesmo ano que Iguape é tombada, as políticas do IPHAN associam-se ao novo programa de fomento, o Programa de Aceleração do Crescimento voltado às cidades históricas, criado como uma linha especial no âmbito do PAC, do governo federal, lançado em 2007. Como sugerido pela ideia de “aceleração do crescimento” em seu nome, o PAC fez parte das políticas do segundo mandato do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2007-2011), marcado pelo discurso de retomada do crescimento econômico, destacando seu papel na mitigação dos impactos da crise financeira de 2008 e 2009, que afetou diversos países¹. O programa tinha como objetivo, em linhas gerais, promover o crescimento econômico por meio do aumento dos gastos públicos, com investimento sobretudo em obras de infraestrutura (Carvalho, 2018). A presença do patrimônio em um grande programa do governo federal, revela o mencionado reposicionamento da cultura nas políticas de Estado, por meio de uma estratégia de viabilização de significativos investimentos do governo federal no campo do patrimônio.

O PAC-CH foi implementado em duas fases, marcadas por mudanças em sua execução. A primeira se iniciou em 2009 com o lançamento do programa e a chamada pública para elaboração dos Planos de Ação para as Cidades Históricas, com participação aberta para todos os municípios que contassem com bens tombados, registrados ou em processo de tombamento pelo IPHAN. Os Planos pretendiam estabelecer um novo modelo de planejamento e gestão para o órgão, que considerasse as potencialidades locais e uma melhor articulação com os municípios e estados, incentivando processos de participação social para elaboração de diagnósticos locais e propostas de investimento. A segunda fase, no âmbito do PAC-II do Governo de Dilma Rousseff (2011-2016), teve início em 2013 e foi marcada pela revisão na formatação do programa e pelo efetivo investimento dos recursos nos projetos, para as quais foram selecionadas 44 cidades e 425 ações, cuja consideração dos trabalhos realizados na etapa anterior foram questionadas.

As potencialidades do PAC-CH foram analisadas em investigações recentes no campo (Brandão, 2020; Carmo, 2019; Carneiro, 2016; Castriota, Araújo, Cardozo, Souza, 2010; Leal, 2017; Pissato, 2018; Sant’anna, 2017), considerando sua estruturação a partir do fortalecimento da articulação entre IPHAN e os municípios, além dos montantes destinados à sua execução e sua ambiciosa abrangência territorial. Os trabalhos explicitam a importância do programa no contexto da atuação do IPHAN nos anos 2000, ao passo em que indicam as fragilidades de sua implementação, tendo em vista aspectos como: a descontinuidade das propostas dos Planos de Ação, os critérios para a seleção das cidades para investimento a partir de 2013, além de dificuldades

¹ Segundo Carvalho (2018, p. 37), ações como “a manutenção dos investimentos nas transferências sociais, no salário mínimo e nos investimentos do PAC e da Petrobras” contribuíram para evitar uma “queda ainda maior da demanda doméstica”, o que se refletiu no crescimento da economia no segundo trimestre de 2009. Essas medidas do governo federal foram importantes para atenuar os efeitos da crise financeira internacional de 2008, e impedir que o país fosse mais fortemente afetado por ela.

da execução do programa considerando seus diversos agentes, resultando em atrasos significativos na entrega das obras.

Este artigo olha para uma experiência em que desenvolvimento econômico e participação cidadã estiveram em ação no patrimônio nacional, analisando estratégias de gestão, as práticas seletivas e o lugar que o patrimônio assumiu na estrutura de gestão federal, a partir da análise do processo de tombamento do Centro Histórico de Iguape, no estado de São Paulo, e de sua participação no Plano de Aceleração do Crescimento, o PAC-CH.

Tombamento, participação e gestão em Iguape

Diversas iniciativas do começo dos anos 2000 fortaleceram o patrimônio em nível federal, dentre elas a contratação de servidores por meio de concurso público, a reorganização da estrutura regimental², e ampliação das superintendências e escritórios técnicos em território nacional. Do ponto de vista da proteção, além do registro do patrimônio imaterial, outras formas legais como o cadastro do patrimônio ferroviário em 2007 e a Chancela da Paisagem Cultural, de 2009, davam novo lastro à atuação institucional.³

O reforço dos novos instrumentos não significou, contudo, o fim do tombamento. Muito ao contrário, na prática, a chancela teve muitas dificuldades institucionais de implementação e o tombamento foi ampliado no escopo de seus objetos e espaços, protegendo muitas novas áreas urbanas e cidades históricas. Os novos tombamentos configuraram o que ficou conhecido como a “ampliação do estoque patrimonial”: “uma política que tinha por objetivo aumentar o reconhecimento e proteção do vasto patrimônio cultural brasileiro, melhorando a representatividade deste no território” (Pissato, 2018, p.49).

Ainda que com muitas críticas pelo reiterado caráter restritivo e repetitivo dos tipos de núcleos urbanos (Marins, 2016; Motta, 2017), do ponto de vista conceitual, metodológico e também numérico, a proteção legal trouxe novidades. Numericamente, praticamente dobrou a quantidade de sítios protegidos pelo IPHAN, com os bens melhor distribuídos pelo território nacional, com maior diversidade temporal e formação histórica, incluindo novos núcleos da região norte e nordeste, e, pela primeira vez, em estados como São Paulo. Em 2009, Iguape, no Vale do Ribeira, foi o primeiro núcleo urbano protegido em nível federal no Estado de São Paulo, num esforço de gestão que coadunou com os processos mais amplos do IPHAN de olhar a história da ocupação do território brasileiro do ponto de vista econômico, histórico, artístico ou na formação geomorfológica natural, valorando núcleos urbanos a partir de critérios para além do estético-estilístico (Pereira, 2015, p. 57).

A valoração de áreas urbanas a partir de conceitos mais ampliados como paisagem, qualidade de vida, cotidiano e ambiente urbano, eram algumas possibilidades que os tombamentos dos anos 1980 como os de Laguna e a Praça XV no Rio de Janeiro haviam apontado (Nascimento, 2016; 2018). A aposta do IPHAN nas áreas de entorno como instrumento urbano também indicou caminhos de envolvimento da esfera federal nos debates que os municípios fizeram para salvaguardar áreas urbanas pelo planejamento (Nito, 2023)..

²Decreto nº 4.811/2003 - basicamente a partir dos tipos de bens patrimoniais: material e imaterial.

³Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007 e Portaria Iphan 127/2009, respectivamente.

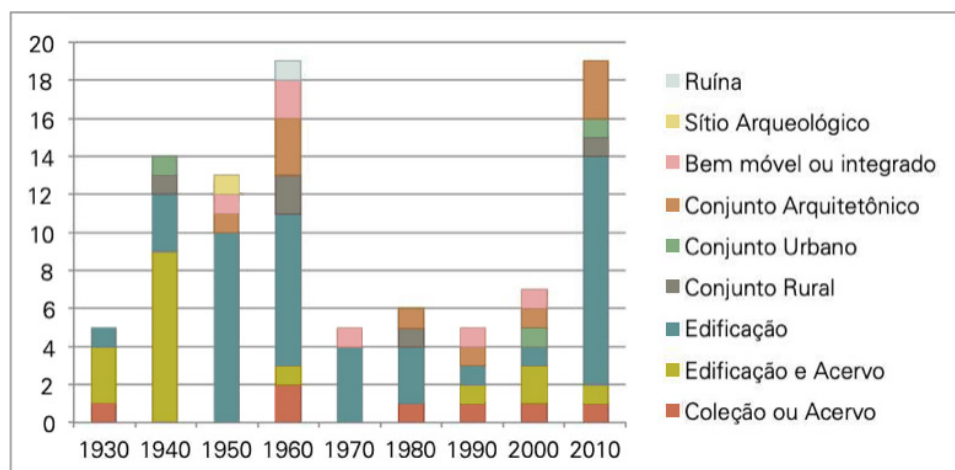


Figura 1: Tombamentos realizados pelo IPHAN em São Paulo, por décadas, conforme tipologia estabelecida pelo órgão. Observa-se que o tombamento da Aldeia de Carapicuíba, em Cotia, em 1940, que apesar de ser identificada pela fonte oficial como “conjunto urbano”, não se configura como um núcleo urbano em si, como no caso de Iguape, São Luiz do Paraitinga ou a Vila de Paranaíacaba. Fonte: BRANDÃO, 2020.

São Paulo, apesar de ter uma Superintendência Regional do IPHAN desde 1937, dentre as quatro primeiras em território nacional, não havia realizado tombamentos de núcleos urbanos até 2009, iniciado com Iguape e logo seguida por São Luiz do Paraitinga em janeiro de 2010 (Figura 1). As preservações recaíram sobre bens isolados mormente do período colonial, representativas das estratégias de construção da nação e da unidade territorial (Gonçalves, 2007; Chuva, 2017). Apesar da forte atuação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) nos anos 1970 e 1980, muitas críticas eram feitas ao órgão estadual de preservação, com pouca agilidade institucional, falta de recursos para investimentos, e pouco afeito ao diálogo com a sociedade civil (Rodrigues, 2000). As transformações institucionais em São Paulo deram novo fôlego à equipe paulista, ampliando o escopo de pesquisas, temas e regiões de interesse. (Nascimento, Scifoni, 2014).

O tombamento de Iguape foi resultado de projeto de equipe multidisciplinar dos servidores recém-concursados em São Paulo interessados em estudar o Vale do Ribeira por meio dos instrumentos conceituais da paisagem cultural. A região conta com um variado patrimônio, de cidades históricas a bens imateriais, um grande quilombos titulados e a maior reserva de Mata Atlântica, com comunidades tradicionais organizadas, além de grupos de imigrantes que deixaram marcas importantes, como os japoneses⁴.

O estudo de Iguape integrou-se às preocupações com os processos urbanos e sociais da região com o pior IDH do Estado e com uma grande quantidade de bens culturais, e o potencial que o patrimônio tinha na promoção de novos recursos sociais, simbólicos e econômicos para as populações locais, reforçando processos identitários. A cidade foi um dos primeiros núcleos urbanos da América Portuguesa, com traçado urbano singular, em formato defensivo, conformado por casas de feições coloniais, com técnicas construtivas em barro e pedra, testemunhos da história do território e de sua ocupação. A importância da cidade no século XIX com o cultivo do

⁴Sobre o tema ver: Nascimento, Flávia Brito; Scifoni, Simone. Paisagem cultural: trabalho e cotidiano da imigração japonesa no Vale do Ribeira/São Paulo. “Identidades: território, projeto, patrimônio”, 2016, núm. 6, p. 27-51.

arroz, atualizou as suas arquiteturas, com sobreposições formais e novos elementos arquitetônicos em direta relação com a arquitetura da corte imperial. (Nascimento; Scifoni, 2009; 2010)

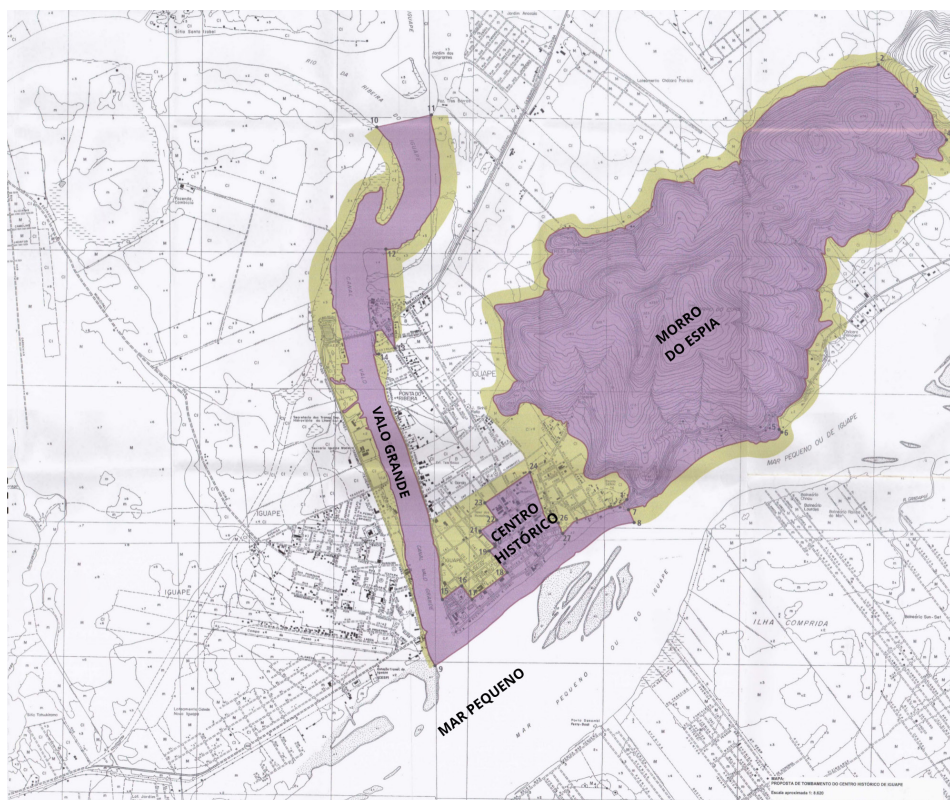
Metodologicamente, o estudo foi organizado a partir da paisagem cultural e resultou em dois reconhecimentos oficiais pelo IPHAN à época, o tombamento de Iguape (Processo 1584-T-09) e o dos Bens da Imigração Japonesa em Registro e Iguape (Processo 1565-T-08), além do estudo para registro do Tooro Nagashi como patrimônio imaterial nacional (ainda em processo de estudo).

O tombamento de Iguape, realizado com práticas educativas, é considerado ação pioneira nas políticas de patrimônio em nível federal, com escuta dos anseios e interesses da comunidade, resultando na preservação de bens culturais diversos, representativos dos valores locais e das múltiplas temporalidades, para muito além de um suposto núcleo colonial. Ao longo de dois anos de trabalho no município, foram realizadas oficinas de educação patrimonial chamadas de “Mapa do Patrimônio”, realizadas conjuntamente com a Prefeitura Municipal de Iguape. As oficinas foram realizadas com a participação de professores, técnicos da prefeitura, agentes culturais da cidade, alunos das escolas públicas, além de jovens do Projeto Oficina Escola de Artes e Ofícios de Iguape (Oficina POEAO) (Nascimento; Scifoni, 2015, p.10). Foram utilizadas metodologias de mapeamento participativo, buscando identificar lugares importantes para os moradores que pudessem ser incluídos na proposta de tombamento, indicando uma abordagem participativa no processo de valoração do patrimônio cultural, a partir de uma visão local. Segundo Flávia Nascimento e Simone Scifoni (2015), coordenadoras do estudo de tombamento e da ação educativa na cidade, respectivamente, o trabalho representou um desafio para a equipe técnica, sobre a elaboração de uma proposta para deliberação do Conselho Consultivo que abarcasse os anseios decorrentes das oficinas participativas.

Do ponto de vista urbano, o reconhecimento do núcleo de Iguape buscou-se renovador, considerando como valor a heterogeneidade da arquitetura do núcleo, olhando para os valores urbanísticos, os marcos sociais da paisagem com as sobreposições temporais de arquiteturas e espaços, a diversidade cultural e a intrínseca relação com a natureza, protegendo dentro de uma ampla poligonal os traços materiais da passagem no tempo. O estudo entendeu a cidade a partir dos processos históricos, culturais e urbanos da região do Vale do Ribeira, olhando para o múltiplo acervo de referências culturais da comunidade.

A área tombada pelo IPHAN em Iguape contempla as várias temporalidades da ocupação urbana na sua longa história e, também o sítio natural, importante para a memória e marco dessa ocupação urbana. Como resultado, a poligonal de tombamento abarcou os três marcos na paisagem da baixada do rio de Ribeira: a oeste, o Morro do Espia, elevação de grande destaque toda a região majoritariamente plana; no norte, a cerca de dois quilômetros do que hoje é o centro histórico, o rio Ribeira de Iguape, grande eixo de circulação de produtos como ouro e arroz em toda a história da região e, no sul, o braço de mar, chamado Mar Pequeno (Figura 2)

Figura 2: Mapa do tombamento de Iguape pelo Iphan, em 2009. Em roxo poligonal de tombamento, e em amarelo, área de entorno estabelecida. Fonte: MinC/IPHAN, 2009b. Edição: As autoras.



O desafio da gestão no pós-tombamento não foi pequeno. A Casa do Patrimônio, realizada em parceria com a Prefeitura Municipal, foi inaugurada antes mesmo da proteção legal, foi fundamental para estabelecer uma relação de diálogo com os munícipes e o IPHAN, garantindo uma presença regular no IPHAN no Centro Histórico. A casa, tal como concebida no IPHAN, era muito mais do que um Escritório Técnico. Era espaço de atividades para a população, com biblioteca especializada em patrimônio, oferecendo cursos e palestras, colaborando no diálogo e reflexão como uma estratégia para reverter a visão negativa da população em relação à instituição que possuía prolongada atuação em determinados locais. Como indicou a arquiteta Carina Melo, foram realizadas iniciativas diversas como a normatização de toldos, letreiros e cores, a série de palestras “IPHAN Conversa”, a parceria com o órgão estadual para a equalização dos pareceres de intervenções (Melo, 2011).

Segundo Catherina Pissato (2018), em sua dissertação de mestrado sobre o pós-tombamento de Iguape, a gestão recaiu, como em outros centros urbanos tombados pelos IPHAN, sobretudo nas ações de licenciamento. A preocupação com projetos que atendessem a expectativa gerada pela preservação nacional e de modo participativo, foi uma realidade que buscou ser atendida de imediato com a participação nos Plano de Ação e na normatização do sítio urbano tombado, realizada pouco anos depois do tombamento. A oportunidade de projetos como o PAC para uma cidade, significou para o IPHAN uma possibilidade de uma agenda de obras de restauro e novos projetos.

Os Planos de Ação em PAC-CH em Iguape: patrimônio como eixo estratégico do desenvolvimento?

O PAC-CH foi lançado em 2009, como uma linha especial para a recuperação dos centros históricos no âmbito do PAC, iniciado dois anos antes, em 2007. É oportuno observar como a viabilização de um eixo voltado ao patrimônio cultural no âmbito de um programa de investimento em infraestrutura do governo federal marca o contexto em que: de um lado, o governo federal mostrava maior abertura ao tema, considerando a cultura e o patrimônio como de interesse para a agenda do governo e, de outro, o IPHAN se apresentando de forma mais estratégica, dentro de seu contexto de fortalecimento institucional.

A primeira fase do PAC-CH iniciou-se em 2009 com o lançamento dos Planos de Ação para as Cidades Históricas. Estes, foram identificados como “um instrumento de gestão para um território específico e delimitado”, designando “diretrizes, ações e metas para orientar a atuação integrada do poder público em suas diversas instâncias e a articulação com ações do setor privado e de organizações da sociedade” e enfrentando “as questões que afetam esse território e promover seu desenvolvimento” (IPHAN, 2009a). Como indicado na Chamada Pública (IPHAN, 2009a), a presença ativa da comunidade e da rede de agentes locais seria um elemento crucial na formulação de uma análise baseada nas situações reais do território, para a elaboração de um plano efetivo e viável em resposta aos desafios urbanos por meio do patrimônio.

A Chamada Pública para os Planos de Ação, foi direcionada a todos os municípios com sítios ou conjuntos urbanos tombados ou em processo de tombamento pelo IPHAN, ou aqueles que apresentassem em seu território lugares registrados como patrimônio cultural do Brasil, totalizando 173 municípios habilitados dentre os 5.570 brasileiros (IPHAN, 2013a), dos quais 162 atenderam a chamada, assinando o Termo de Compromisso proposto pelo IPHAN (Sutti, 2012).

A organização e seleção dos projetos dos municípios por meio dos Planos de Ação foi uma grande novidade no universo de estratégias de gestão do patrimônio pelo IPHAN, dado seu caráter participativo. Essa atuação visava responder às críticas sobre a gestão do programa Monumenta, que vigorou entre 1996 e 2010⁵, com projetos que pouco se relacionavam com as demandas dos municípios (Gianecchini, 2019). Os Planos de Ação no PAC-CH articulariam as demandas locais, ajudando o programa a indicar e realizar projetos que partissem das expectativas, também, dos gestores locais dos municípios tombados. O tema da participação cidadã era chave nas políticas culturais, como já indicado, e estava aqui também reforçado na perspectiva da crítica ao que estava colocado anteriormente em programas como o PCH - Programa de Cidades Históricas, do período militar, ou Monumenta dos anos 1990.

Os Planos de Ação foram divididos em quatro etapas, realizadas pelos municípios no segundo semestre de 2009, que consistiam na realização de um levantamento preliminar e no diagnóstico, na definição de objetivos para o programa, na indicação das ações prioritárias, e, finalmente na pactuação do escopo de trabalho. No estado de São Paulo, dos 38 municípios com bens tombados ou em processo de tombamento pelo IPHAN até 2009, treze submeteram material: Cananéia, Carapicuíba, Cotia, Iguape, Iperó, Itu, Santana de Parnaíba, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Luiz do Paraitinga, São Sebastião e São Paulo.

⁵ Weber Sutti, em entrevista concedida à autora em julho de 2018.

A elaboração dos Planos de Ação em Iguape se deu imediatamente após a mobilização do processo participativo de tombamento pelo IPHAN que aconteceu entre 2007 e 2008, culminando na abertura da Casa do Patrimônio do Vale do Ribeira em junho de 2009, uma grande festa pública, na rua. Em setembro de 2009 foram realizadas consultas públicas no município, para o preenchimento dos quadros dos Planos de Ação (Ministério Da Cultura; IPHAN; Prefeitura De Iguape, 2009). Nas duas primeiras etapas - levantamento preliminar/diagnóstico e objetivos - já se observa que o recorte territorial apresentado corresponde exatamente aos setores da proposta de tombamento: Setor Centro Histórico, Setor Portuário e o Setor Morro da Espia, acrescidos de uma nova frente, o patrimônio imaterial.

Ainda, é oportuno observar como o diagnóstico realizado pelo município incluiu uma crítica ao tombamento estadual⁶, caracterizado pela seleção de exemplares isolados e o estabelecimento de uma área envoltória genérica de 300m em torno de cada um destes, identificado como “questionável e controverso” (Ministério Da Cultura; IPHAN; Prefeitura de Iguape, 2009), reforçando a importância da participação social no processo de tombamento realizado pelo IPHAN. Além disso, havia muitas críticas de uma salvaguarda distante, sem acompanhamento cotidiano, sem escritório técnico, e com a realização de obras questionáveis, como a do Correio Velho.

Segundo Pissato (2018, p.144), o diagnóstico apresentado por Iguape no âmbito dos Planos de Ação identificava questões “desenvolvimento e fomento a um turismo cultural”, abrangendo também problemas referentes ao cotidiano da população local. O diagnóstico apontou as características socioeconômicas do município, com destaque para as atividades tradicionais, como a pesca, a navegação e a produção de itens alimentícios.

Já os objetivos apresentados pelo município relacionavam-se aos temas da recuperação material dos bens referenciais nos três setores do tombamento, da geração de renda e empregos, de valorização e difusão da histórica local, em uma perspectiva de “processo de auto-afirmação e aumento da auto-estima em relação às características culturais tradicionais e naturais do município” e o resgate da “relação afetiva e econômica” com o Estuário Lagunar do Mar Pequeno e com o Canal do Valo Grande (Setor Portuário) (Ministério Da Cultura; IPHAN; Prefeitura De Iguape, 2009).

Na sequência, foram estabelecidas as ações da terceira etapa dos Planos de Ação⁷. Chama a atenção a abrangência do programa ao sugerir investimentos para além da restauração de bens tombados. Conforme revela o gráfico (Figura 3), as ações sugeridas pelo município apresentaram grande diversidade dentro das categorias estabelecidas pelas Linhas de Ação, revelando uma aderência à proposta inicial do programa de articulação das questões do patrimônio cultural à diversas áreas do planejamento do município. Além disso, apresentam abrangência no território do município, ainda que com destaque para a poligonal tombada pelo IPHAN em 2009, especificamente citada na maioria das ações, conforme observado na Figura 4.

As ações definidas por Iguape nos Planos de Ação estavam alinhadas à perspectiva do patrimônio e desenvolvimento, destacando-se temas como o fortalecimento institucional e a geração de renda, e a educação patrimonial. São exemplos: a criação de um Fundo Municipal para recuperação de imóveis privados; a instalação de um escritório técnico para auxílio na gestão, licenciamento e fiscalização nos três níveis

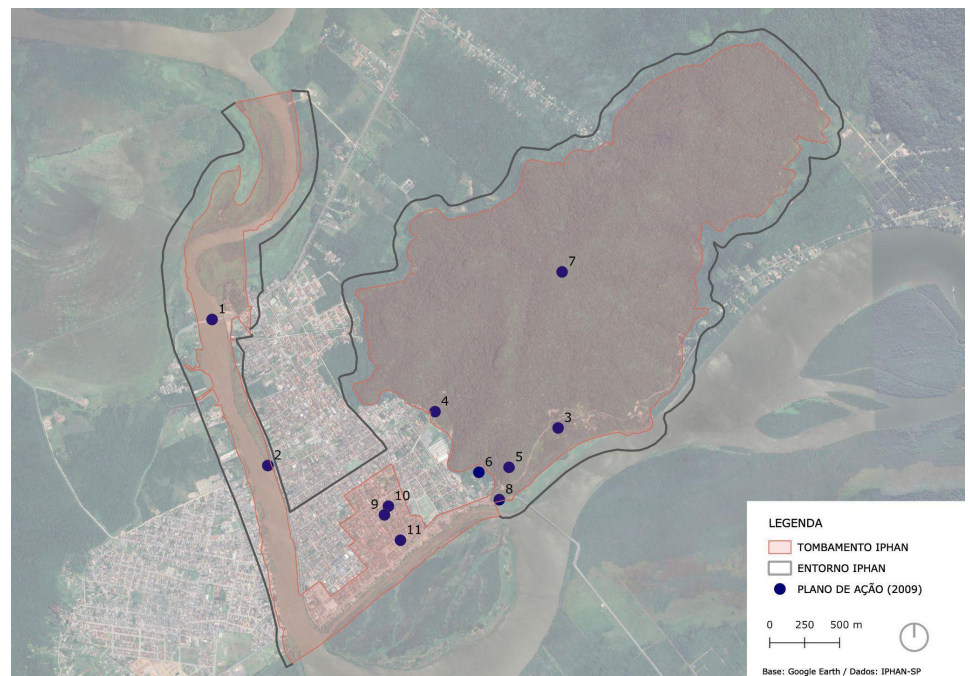
⁶Iguape foi tombada pelo Condephaat em 1975, pela Resolução SC de 06/02/1975.

⁷As ações propostas foram enquadradas em três “eixos” pré-estabelecidos pelo Iphan por meio do documento “Planos de Ação para Cidades Históricas – Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Social: Construindo o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural” (IPHAN, 2009g), sendo eles: 1. Produção de conhecimento e gestão da informação; 2. Planejamento e gestão, 2.1 Fortalecimento institucional, 2.2 Formação de técnicos; 2.3 Desenvolvimento de instrumentos de gestão integrada; 3. Dinamização e valorização do patrimônio cultural, 3.1 Recuperação e uso do patrimônio cultural, 3.2 Requalificação urbanística, 3.3 Infraestrutura urbana e social, 3.4 Financiamento para a recuperação e promoção de usos de imóveis privados, 3.5 Fomento às atividades produtivas locais, 3.6 Difusão e promoção do patrimônio cultural (IPHAN, 2009g).



Figura 3: Número de propostas por eixos dos “Planos de Ação” indicadas por Iguape em 2009. Fonte: BRANDÃO, 2020, p. 142, editado pelas autoras.

Figura 4: Mapa com indicações de Iguape para os Planos de Ação em 2009: 1- Comportas na Barragem do Valo Grande, 2- Recuperação de Espaços Públicos - Orla do Valo Grande, 3- Revitalização Ruínas do Itaguá, 4- Revitalização Fonte do Senhor, 5- Revitalização Mirante do Morro do Espia, 6- Revitalização Fonte da Saudade, 7- Plano de Manejo para do Parque Municipal Morro do Espia, 8- Revitalização Sítio Arqueológico Caverna do Ódio, 9- Restauro prédio do Correio Velho, 10- Requalificação Praça de São Benedito, 11- Qualificação espaços feira de artesanato - Largo da Basílica. Além das ações mapeadas, cabe apontar a indicação de ações como “Instalação de Mobiliário Urbano” e “Sinalização Turística”, incompatíveis com sua representação cartográfica, seja por sua configuração como proposta de gestão, abrangendo todo o território, seja por não estarem especificadas. Fonte: (Base: Google Earth. Dados: IPHAN-SP. Elaboração: As autoras).



de governo; a criação de um programa de educação patrimonial na rede de ensino, incluindo a capacitação de professores; a elaboração de material didático e de um “Manual do Morador do Centro Histórico”; a capacitação de agentes locais; sinalização turística; qualificação dos espaços destinados à produção e venda de artesanatos; a elaboração de um Guia Turístico do Município; além da criação de um “Programa de geração de renda para as atividades tradicionais”.

O tema da participação cidadã, bem como o da articulação entre a gestão municipal e o IPHAN, contribuiu para a indicação de ações que se estruturam a partir de dinâmicas locais e do cotidiano. A indicação da restauração das edificações foi acompanhada de uma proposta de valorização da educação patrimonial, fomento à geração de renda a partir de atividades tradicionais e de um turismo sustentável em consonância com o estudo multidisciplinar e participativo do tombamento de Iguape.

A estruturação inicial do PAC-CH consistiu em uma primeira proposta de ações lastreada em iniciativas mais abrangentes do IPHAN. Tal proposta se concretizou apenas parcialmente com os Planos de Ação, mas não realizou o formato de financiamento previsto, que contemplaria um universo de 162 municípios. Mas, a partir de 2013, o programa sofreu um retrocesso do ponto de vista conceitual e da gestão pública, financiando especificamente as obras, que, ademais, foram selecionadas com outros critérios, que não os dos Planos de Ação.

Iguape no PAC-CH: a efetivação das ações, 2013-2023

A nova fase PAC-CH - já no âmbito do PAC II, lançado em 2011 no governo de Dilma Rousseff (2011-2016) - trouxe transformações importantes, ainda que os objetivos tenham permanecido os mesmos, com a ênfase no desenvolvimento e no patrimônio como “eixo indutor na geração de renda, agregação social e afirmação da identidade das cidades históricas” (IPHAN, 2014). Se por um lado, realizou ações efetivas, por outro, perdeu em capilaridade e diálogo local, uma vez que as ações solicitadas pelos municípios por meio dos Planos de Ação, que foram pouco consideradas. O IPHAN realizou um chamamento público para a apresentação de propostas para 44 municípios previamente determinados pelo Instituto, focando na recuperação de imóveis situados nas áreas tombadas ou no entorno dos conjuntos urbanos. Segundo Leal (2017), o processo de seleção praticamente não considerou o trabalho realizado pelos Planos de Ação, que se limitou ao discurso. Discurso esse, que continuava ressaltando uma noção de patrimônio para o desenvolvimento pensado na qualidade de vida dos habitantes.

Em agosto de 2013, foram anunciadas as 425 ações para receber os investimentos previstos de R\$ 1,6 bilhões para o PAC-CH/2013, em 44 municípios,⁸ somados a R\$ 300 milhões para o financiamento da recuperação de imóveis privados, sucedendo a linha de financiamento criada no âmbito do Monumenta. Do montante do PAC-CH, R\$ 54,68 milhões foram destinados a São Paulo, representando 3,4% do valor total do programa, dos quais R\$ 8,41 milhões destinados ao município de Iguape.

O arquiteto Weber Sutti⁹, chefe de gabinete do IPHAN entre 2007 e 2012, afirmou que o processo da Fase 2 desconsiderou as demandas dos municípios, como uma “desmobilização da estrutura de planejamento integrado”, que vinha sendo pensada no IPHAN, uma vez que desde 2012 o recurso passa a ser definido pela Casa Civil, que

⁸As cidades contempladas pelo PAC-CH/2013 foram: Penedo (AL), Marechal Deodoro (AL), Manaus (AM), Itaparica (BA), Maragogipe (BA), Santo Amaro (BA), Salvador (BA), Aracati (CE), Fortaleza (CE), Sobral (CE), Goiânia (GO), Goiás (GO), São Luis (MA), Congonhas (MG), Diamantina (MG), Mariana (MG), Sabará (MG), São João Del Rey (MG), Serro (MG), Ouro Preto (MG), Belo Horizonte (MG), Corumbá (MS), Cuiabá (MT), Belém (PA), João Pessoa (PB), Olinda (PE), Recife (PE), Fernando de Noronha (PE), Parnaíba (PI), Antonina (PR), Rio de Janeiro (RJ), Vassouras (RJ), Natal (RN), São Miguel das Missões (RS), Porto Alegre (RS), Pelotas (RS), Jaguarão (RS), Florianópolis (SC), Laguna (SC), Aracaju (SE), São Cristóvão (SE), Iguape (SP), Santo André (SP), São Luiz do Paraitinga (SP).

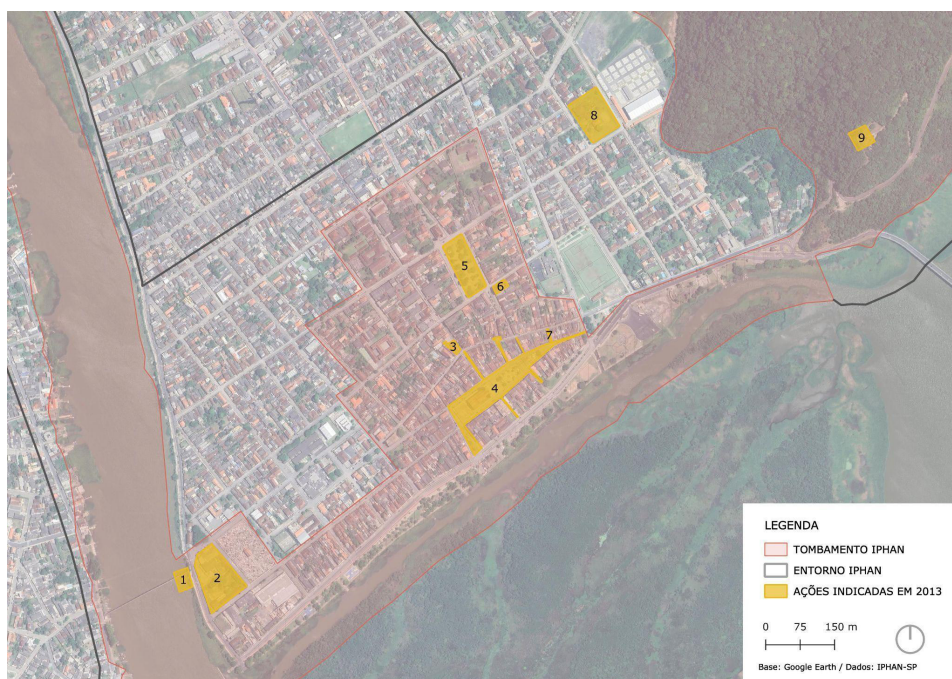
⁹Em entrevista concedida à autora em julho de 2018.

exerce grande influência na seleção das ações. A escolha das ações e dos municípios participantes do PAC-CH/2013 evidencia os limites do programa, que, de uma proposta abrangente das 173 cidades com bens reconhecidos ou em processo de reconhecimento pelo IPHAN, passa a adotar um critério de seleção mais restritivo. A limitação de recursos fez com que fosse necessária uma reorientação do programa, no qual a proposta de um planejamento mais abrangente pensado nos Planos de Ação foi substituído pela seleção das iniciativas pelo Comitê Gestor.

A partir de 2013, o programa perdeu o potencial como estratégia compartilhada de planejamento, passando a funcionar praticamente como um agenciador de obras com o IPHAN como intermediário. Porém, mesmo diante das críticas envolvendo os critérios de seleção dos municípios participantes do programa a partir de 2013 (Carmo, 2019; Leal, 2017), não é pouco importante a participação inédita de municípios em programas destinados à recuperação do patrimônio cultural como o Programa de Cidades Históricas e o Monumenta. Este é o caso de Iguape, que ao passar a fazer parte do rol de cidades patrimônio no Brasil, pode acessar recursos e ter obras de restauração que os 35 anos de tombamento estadual pelo Condephaat nunca trouxeram.

Um dos critérios adotados para a seleção dos municípios no PAC-CH a partir de 2013 foi a existência de tombamentos de conjuntos urbanos, fator que incluiu Iguape, São Luiz do Paraitinga e a Vila de Paranapiacaba (Santo André) dentre as cidades participantes (Brandão, 2020). Na indicação das ações observa-se uma adequação aos novos critérios estabelecidos pelo PAC-CH/2013, com ênfase na materialidade, observando intervenção em edificações e em requalificação urbanística. Os locais indicados na maior parte das ações propostas pela prefeitura estiveram presentes nas oficinas de escuta local realizadas durante o processo de tombamento, indicando sua relevância para a população (IPHAN, 2009b).

Figura 5: Mapa com indicações de Iguape no chamamento público de 2013: 1- Recuperação do atracadouro; 2- Projeto de restauro, arquitetura e estrutura para a revitalização do Prédio Única (antiga unidade de beneficiamento de pescados das IRFM); 3- Reforma e adequação do Paço Municipal; 4- Fechamento e revitalização de calçadão da Praça da Basílica; 5- Reforma e Revitalização da Praça Eng. Greenhalg e restauro do chafariz; 6- Projeto de restauro, de arquitetura e de estrutura para a revitalização do Sobrado dos Toledo; 7- Restauro e Revitalização do Museu Histórico Municipal (antiga Casa de Fundação); 8- Reforma e adequação do Prédio do antigo Hospital Feliz Lembrança para instalação de maternidade e unidade neonatal; 9- Revitalização do entorno do Cristo no parque Municipal do morro do Espia. Fonte: (Base: Google Earth. Dados: IPHAN-SP. Elaboração: As autoras).



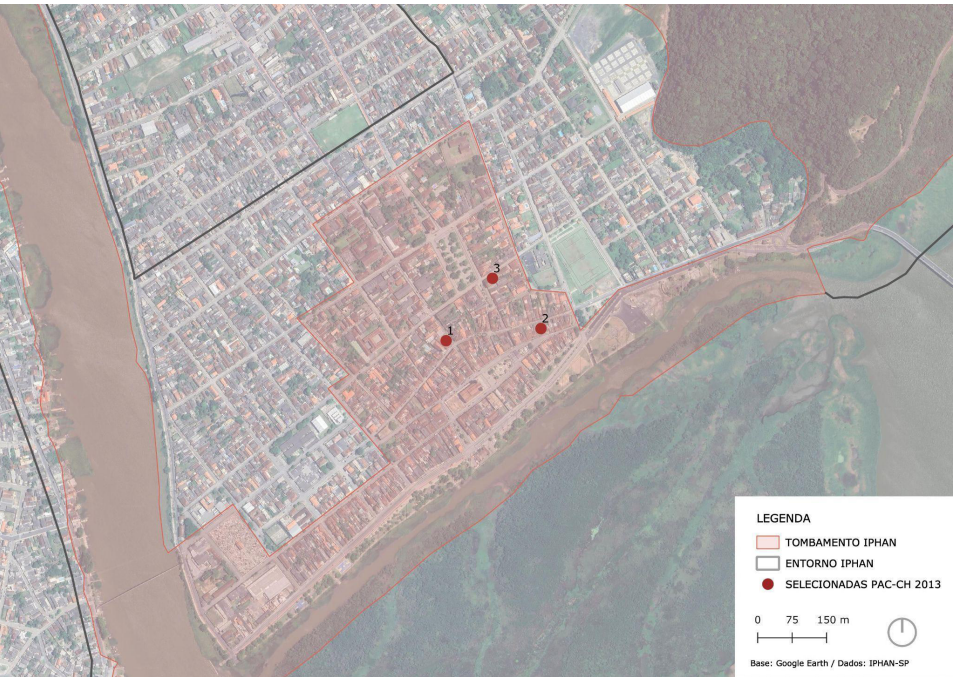
Foram, ao final, selecionadas três edificações para receberem obras de restauração, sendo todas lugares que estiveram presentes nas propostas dos Planos de Ação de 2009: a Antiga Casa de Fundação, o Museu Histórico Municipal e o Sobrado dos Toledo.

A implementação da segunda fase do PAC-CH nos municípios contava com duas possibilidades de execução, que poderia ser realizada pela gestão municipal ou pelo próprio IPHAN. No caso de Iguape, o órgão federal foi responsável pela execução do programa, incluindo a contratação e sua fiscalização. Segundo Pissato (2018, p, 153), a decisão se baseou no “reconhecimento da capacidade limitada de gestão do município”, observada no restauro do edifício do Correio Velho, realizada com recursos do IPHAN na primeira fase do PAC-CH, entre 2010 (projeto do Pindorama Arquitetura), parcialmente finalizada em 2015, finalmente inaugurada em julho de 2022 (com atualização de projeto do escritório H+F), ocupada pelo programa Fábrica de Cultura do Governo do Estado de São Paulo. Uma ruína por longos anos, sem cobertura ou paredes internas, necessitava de intervenções de para viabilizar seu uso. O plano inicial era o de abrigar o Arquivo Municipal, mas, diante da incerteza na definição prévia dos usos, foi previsto como espaço de usos múltiplos, adaptável a usos diversos, o que de fato aconteceu.

Quadro 1: Investimentos da segunda fase PAC-CH em Iguape. Fonte: PREFEITURA DE IGUAPE, 2013, organizado pelas autoras.

Ação	Valor do investimento (R\$)
Restauro e Revitalização do Museu Histórico Municipal (antiga Casa de Fundação)	837.125,16
Projeto, restauro, reforma e adequação para multiuso do Sobrado dos Toledos	4.257.000,00
Reforma e adequação do Paço Municipal	3.350.000,00

Figura 6: Ações selecionadas em Iguape: 1. Reforma e adequação do Paço Municipal; 2. Projeto, restauro, reforma e adequação para multiuso do Sobrado dos Toledo; 3. Restauro e revitalização do Museu Histórico Municipal (antiga Casa de Fundação). Fonte: (Base: Google Earth. Dados: IPHAN-SP. Elaboração: As autoras).





Figuras 7 e 8: Edifício do Correio Velho, onde atualmente funciona a Fábrica de Cultura de Iguape, projeto do Governo do Estado de São Paulo. Foto: As autoras, 2023

A Antiga Casa de Fundação, que teve seu restauro concluído em 2018, abriga o Museu Histórico de Iguape, teve o processo de recuperação iniciado na Superintendência, fora do PAC-CH. Com efeito, a preocupação da técnica do IPHAN em Iguape responsável pelas primeiras ações de licenciamento e salvaguarda, Carina Melo, era a de que o IPHAN fizesse obras em edifícios emblemáticos para a cidade, a fim de criar também uma “agenda positiva” para o órgão, dando início às tratativas para a contratação de projetos, como o do Museu. Criado em 1969, o museu havia passado por uma atualização a partir de projetos da arqueóloga e professora do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, Cristina Scatamacchia, em 1989-1990, numa parceria com a Prefeitura Municipal de Iguape, com o apoio da FAPESP (Scatamacchia et al, 2012). Mantido pela prefeitura, necessitava de atualizações na infraestrutura e no projeto expositivo. Considerando a existência do projeto básico já contratado pela Prefeitura em 2011, o Museu foi uma das indicações da Prefeitura e da Superintendência do IPHAN-SP para receber os investimentos do PAC-CH em 2013. As contratações contemplaram a atualização do projeto existente, em nível executivo, realizado pelo escritório Atempo, entregue em 2013 e a execução das obras pela empresa Incorplan Engenharia, iniciadas em 2014 e finalizadas em 2016 (Pissato, 2018). No pós-tombamento do Centro Histórico pelo IPHAN, recebeu uma atualização no projeto expográfico, com as réplicas dos achados arqueológicos, e informações sobre o tombamento da cidade (baseadas no estudo feito pelo IPHAN).

O Paço Municipal é um sobrado datado da segunda metade do século XIX, originalmente de uso misto (comercial e residencial). O edifício foi adquirido pela Prefeitura em 1945, abrigando serviços administrativos do município até 2019. O projeto de restauro, também realizado pelo escritório Atempo, previa a manutenção dos usos administrativos, motivo que, segundo Pissato (2018, p. 172), pode ter influenciado sua seleção no contexto de investimentos do PAC-CH. Em 2013, o projeto foi apresentado publicamente na Casa do Patrimônio Vale do Ribeira, mas as obras só foram iniciadas em 2018¹⁰, “devido a contingenciamentos no orçamento do IPHAN/SP”, segundo informação da área técnica da Superintendência do IPHAN-SP (Pissato, 2018, p. 177). No início de 2023 o edifício

¹⁰ Informação disponível em <<http://portal.IPHAN.gov.br/noticias/detalhes/4715/paco-municipal-e-sobrado-dos-toledos-em-iguape-sp-comecam-a-ser-restaurados>>. Acesso em 05 nov. 2023.



Figuras 9 e 10 (topo): Edifício da Antiga Casa de Fundição, hoje Museu Histórico de Iguape, vista da fachada e fundo do terreno com parte do projeto de intervenção realizado pela arquiteta Milena Migotto. Fonte: As autoras, 2021 e 2023.

Figuras 11 e 12: Edifício do Paço Municipal, atualmente sem uso no pavimento superior e ocupado no térreo pelo Poupatempo. Fonte: As autoras, 2021 e 2023.

estava pronto, porém sem uso no pavimento superior. A prefeitura saiu do Centro da Cidade para instalar-se numa das avenidas de acesso, e o espaço ia se transformar em uso cultural, uma Pinacoteca, ainda sem previsão de inauguração naquele momento e no anterior térreo foi instalado um Poupatempo. O andar de cima tem sido usado ocasionalmente para eventos. Contraditoriamente, a Prefeitura em 2023 pretendia retornar sua sede para o Centro, mas para o Sobrado dos Toledo - também restaurado com recursos do PAC para ser um espaço de recepção dos romeiros.

Dos três projetos, o Sobrado dos Toledo é o que teria maior impacto social para a população local, dado seu avançado estado de arruinamento e o uso a que seria destinado. A ocupação do espaço pelo projeto previa a instauração de um centro de apoio aos romeiros que viajavam a Iguape para a festa do Bom Jesus de Iguape.

A restauração do edifício era uma demanda antiga da população, que tem nas festividades religiosas do Bom Jesus grande centralidade simbólica e cotidiana, constando na primeira etapa dos Planos de Ação. Além dos romeiros que frequentam a cidade o ano todo, no mês de agosto a visitação se intensifica, nas chamadas “Festas de Agosto”, que celebravam a padroeira da cidade, Nossa Senhora das Neves e o Bom Jesus. A necessidade de um ponto de apoio para os visitantes foi uma demanda expressa da Cúria, e o projeto foi realizado com essa perspectiva de uso, numa obra de grande significado para a comunidade. O projeto de restauro, além de dar novo arranjo espacial e uso à edificação, teve pesquisas arqueológicas com achados importantes para a compreensão da vida no núcleo urbano (Da Hora, Magalhães, Alencastro, 2019).

O Sobrado dos Toledo, de propriedade da Cúria Metropolitana, foi alugado pela Prefeitura Municipal para instalação de gabinetes. O sentido de dar um espaço para a comunidade que tem na religiosidade um importante fator de identificação, foi completamente perdido. Esta decisão está em acordo com um desinteresse da gestão municipal na relação entre as festas e o centro histórico, tendo em 2022 retirado a parte das barracas - parte intrínseca da festividade - para o Centro de Convenções. O caso revela a dificuldade de sustentação das políticas, e reforçam a tese de que sem o uso, as ações para a preservação se tornam esvaziadas. O uso dado pela prefeitura, que segue alugando o imóvel, é para excepcionais, como cursos e grandes reuniões. E o imóvel permanece fechado a maior parte do tempo¹¹.

¹¹ Informações fornecidas em 2025 pela arquiteta Jeniffer Abreu, da Prefeitura Municipal de Iguape, a quem agradecemos.

Figuras 13 e 14: Sobrado dos Toledo, fachada e ático com atividades educativas. Foto: As autoras, 2023.



Considerações finais

O tombamento de Iguape se destacou nas políticas desenvolvidas pelo IPHAN nos anos 2000 no quadro de ampliação das preservações legais, olhando para os processos históricos de formação urbana da cidade, realizado de forma inclusiva. O tombamento com a participação da população local apontou os desafios da participação cidadã e a importância da perspectiva local como forma de reversão do quadro de isolamento dos órgãos de preservação.

O “discurso autorizado do patrimônio”, em termo cunhado por Laurajane Smith (2006), ou nosso quadro social de memória, nos termos de Lia Motta (2017), está ainda profundamente estruturado na materialidade, em que os atributos de conformidade estética, originalidade e monumentalidade ditam as seleções. Tal discurso foi o estruturador das práticas patrimoniais após os anos 1960, após a Carta de Veneza e a Convenção da Unesco, focando a atenção em objetos esteticamente agradáveis que as gerações atuais devem cuidar e proteger e passar às gerações futuras. Ambas conformaram os novos pressupostos do campo.

O patrimônio é um mediador das experiências sensíveis da comunicação com o passado e uma de suas mais importantes dimensões no mundo contemporâneo é a sua relação com as pessoas. A participação da comunidade no patrimônio busca reverter os procedimentos de eleição patrimonial, do “de cima para baixo”, do discricionário, para o sentido contrário, de baixo para cima, ao mesmo tempo em que mais próximo dos indivíduos (Hottin, Voisenat, 2016). Participação, mediação e espetacularização são novas formas de subjetivação e de interação com o dispositivo patrimonial pelos coletivos que formam um pano de fundo das transformações do mundo patrimonial. Para o caso brasileiro, essa virada é um horizonte de expectativa, e muitos dos seus aspectos seriam capazes de transformar as práticas, democratizar o patrimônio e tornar menos desiguais as nossas práticas (Nascimento, 2025).

Iguape, no campo da valoração patrimonial, foi fundamental iniciativa de reversão das lógicas seletivas. No campo da gestão, as políticas da primeira fase do PAC-CH com os Planos de Ação trouxeram novas possibilidades para o diálogo com os municípios. Os Planos de Ação podem ser compreendidos como um “instrumento síntese” das principais diretrizes e ações do órgão nos anos 2000, considerando temas como a produção de conhecimento e gestão da informação, bem como do planejamento territorial, e da dinamização e valorização do patrimônio cultural incluindo a participação social e as administrações municipais (Brandão, 2020).

A participação de Iguape nos Planos de Ação mostrou a importância de uma articulação institucional entre IPHAN e os municípios, buscando superar o distanciamento do órgão, uma das críticas observadas no Monumenta. Destaca-se, desse modo, o fortalecimento das ações municipais, em um processo de compartilhamento de gestão do patrimônio, incorporando a perspectiva local às políticas de preservação, conforme previsto no Artigo 216 da Constituição Federal de 1988.

Referências bibliográficas

- BONDUKI, Nabil. *Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos*. Brasília: Iphan / Programa Monumenta, 2010.
- BRANDÃO, Marina Chagas. *Patrimônio na agenda do desenvolvimento e o PAC-CH em São Paulo: estratégias e debates nos anos 2000*. Dissertação (Mestrado em arquitetura e urbanismo). Faculdade Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.
- CARMO, Bárbara Helena Almeida. *PCH, Programa Monumenta e PAC-CH: o patrimônio cultural na perspectiva de política pública*. 2019. Dissertação (Mestrado em arquitetura e urbanismo). Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019.
- CARNEIRO, Juno Alexandre Vieira. A execução das obras do PAC Cidades Históricas nos sítios patrimônio da humanidade. *Revista Técnica CNM*, v.4, p. 22-36, 2016.
- CARVALHO, Laura. *Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci; ARAÚJO, Guilherme Maciel; CARDOZO, Kelly; SOUZA, Vilmar Pereira. PAC-Cidades Históricas – oportunidade para conservação integrada? *Revista Locus*, v.16, n.2, p. 93-117, 2010.
- CAVALCANTI NETO, José Rodrigues; CARNEIRO, Fernanda Gibertoni; GIANECCHINI, Ana Clara. Avanços e desafios na preservação do patrimônio ferroviário pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Anais do IV Colóquio Latino Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial*. São Paulo: SESC São Paulo; Centro Universitário Belas Artes, 2012. Disponível em: <<http://portal.IPHAN.gov.br/pagina/detalhes/1172/>> Acesso em 27 fev. 2025.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.
- DA HORA, J. F., MAGALHÃES, W., & ALENCASTRO, E. Memórias do patrimônio colonial - o caso do sobrado dos Toledos, Iguape-SP. Projeto História : *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 64, 2019. <<https://doi.org/10.23925/2176-2767.2019v64p277-307>>.
- FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. *Da Tutela dos Monumentos à Gestão Sustentável das Paisagens Culturais Complexas: Inspirações à política de preservação cultural no Brasil*. 2014. Tese (Doutorado em arquitetura e urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: *Iphan. Inventário Nacional de Referências Culturais*. Brasília: Iphan, 2000, p. 11-21.
- GIANECCHINI, Ana Clara. *Programa Monumenta: O patrimônio cultural como recurso para o desenvolvimento?* 2019. Tese (Doutorado em arquitetura e urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília.
- GONÇALVES, Cristiane. *Restauração arquitetônica – a experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975*. São Paulo, Annablume/FAPESP, 2007.
- HOTTIN, Chistian; VOISENAT, Claudie. *Le tournant patrimonial: mutations contemporaines des métiers du patrimoine*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 2016.
- LEAL, Sarah Floresta. *PAC-cidades históricas: implicações e repercussões de uma política pública federal de preservação*. 2017. Dissertação (Mestrado em arquitetura e urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.
- MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.29, n.57, p. 9-28, 2016.

- MOTTA, Lia. Notas sobre o Iphan na década de 2000. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos*. Rio de Janeiro: Iphan/DAF/COPEDOC, 2012, p.317-328.
- _____. *Sítios Urbanos e Referência Cultural: a situação exemplar da Maré*. Rio de Janeiro, 2017. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017
- NASCIMENTO, Flávia Brito do. Patrimônio cultural e escrita da história: a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 121-147, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0305>> Acesso em 04 nov. 2023.
- _____. A Praça XV do Rio de Janeiro como patrimônio cultural: história e materialidade em disputa. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 14, p. 297-324, 2018.
- _____. *Cotidiano Conjunto: domesticidade e patrimonialização da habitação social moderna*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2024 (no prelo).
- NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. O tombamento de Iguape como patrimônio nacional: novas práticas e políticas de preservação. In: *PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção*, Campinas, SP, v. 6, n. 1, p. 26-38, jan./mar. 2015.
- _____. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira - SP. *Revista CPC (USP)*. São Paulo, v. 10, p. 29-48, 2010.
- _____. Paisagem cultural: trabalho e cotidiano da imigração japonesa no Vale do Ribeira/ São Paulo. *Identidades: Território, Cultura, Patrimônio*, 2016, núm. 6, p. 27-51.
- NITO, Mariana Kimie da Silva. *Entorno do patrimônio: políticas de preservação urbana em Belém, Pelotas e São Paulo*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.
- PEREIRA, Danilo Celso. *Cidade patrimônio: uma geografia das políticas públicas de preservação no Brasil*. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PISSATO, Catherina Sarantto P. *Tombamento e gestão em Iguape/SP: políticas do patrimônio cultural nos anos 2000*. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PORTA, Paula. *Política de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: Diretrizes, linhas de ação e resultados (2000-2010)*. Brasília: Iphan. Ministério da Cultura. 2012.
- RODRIGUES, Marly. *Imagens do Passado – a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1967*. São Paulo: Ed. UNESP; Imesp; Condephaat; Fapesp, 2000.
- SCATAMACCHIA, M.C.M.; DEMARTINI, C.M.C.; PRESTES, M.P.; GRANERO, A.C. Arqueologia da primeira casa de fundição de ouro do Brasil, Iguape, SP. *Revista do Museu Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 22: 111-122, 2012.
- SANT'ANNA, Marcia. A herança do PCH: balanço crítico e desdobramentos 40 anos depois. *Anais do Museu Paulista*, v.24, n.1, 2016, p. 59-74.
- SMITH, Laurajane. *Uses of heritage*. Nova York: Routledge, 2006.
- SUTTI, Weber. Base Para Políticas Integradas de Preservação do Patrimônio Cultural, Desenvolvimento Social e Econômico. In: *I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: Desafios, Estratégias e Experiências para uma Nova Gestão (Vol I)*. IPHAN: Brasília, 2012, p. 41-59.

Fontes documentais

IPHAN. Ações selecionadas. Brasília, 2013a.

IPHAN. Atribuições e fluxos. In: I Curso de Capacitação do PAC Cidades Históricas. 28 Slides. Brasília, 2014.

IPHAN. Chamada Pública para elaboração de Planos de Ação para as Cidades Históricas. Brasília, 2009a.

IPHAN. Dossiê de Tombamento de Iguape. São Paulo: MinC/IPHAN, 2009b.

IPHAN. Orientações para elaboração do projeto básico para contratação de projetos. Brasília, 2013a.

IPHAN. PAC-Cidades Históricas: Patrimônio, Desenvolvimento e Cidadania. Brasília: MinC/IPHAN, 2009d.

IPHAN. PAC-Cidades Históricas. Brasília: MinC/IPHAN, 2009e.

IPHAN. Planos de Ação para Cidades Históricas – Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Social: Construindo o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural. Brasília: Edições IPHAN, 2009g.

IPHAN. Plano de Ação: Conceito e Objetivos. Brasília, 2009h.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Cultura em três dimensões. Brasília: MinC, 2010.

MINISTÉRIO DA CULTURA/IPHAN/PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAPE. Planos de Ação: Iguape. São Paulo, 2009.

Recebido [Nov. 09, 2023]

Aprovado [Ago. 26, 2025]

PREFEITURA DE IGUAPE, Programa de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas, 26 slides. Iguape, 2013.